

CORREIO NACIONAL

Tânia Régo/Agência Brasil



Acesso a sistemas formais de água recuou

Após Marco Legal, estudo aponta estagnação no saneamento

Cinco anos após o Marco Legal do Saneamento Básico entrar em vigor, o país não apresentou uma evolução significativa nos indicadores de saneamento básico. No Brasil, ainda há aproximadamente 34 milhões de pessoas que não acessam sistemas formais de água, e mais de 90 milhões sem coleta de lixo e tratamento de esgotos.

Os dados são do estudo Avanços do Marco Legal do Saneamento Básico no Brasil de 2025, divulgado nesta terça-feira (19), pelo Instituto Trata Brasil, organização

da sociedade civil de interesse público voltada para a produção de pesquisas sobre os avanços do saneamento básico no país.

Apesar de os dados não mostrarem avanços significativos no atendimento à população, o estudo diz que o período de cinco anos ainda é curto para medir as mudanças.

São necessários projetos, licenciamentos e a realização de obras de infraestrutura, que são demoradas, “é provável que a melhoria nos indicadores ocorra no médio e no longo prazo”, diz o texto.

Radares em rodovias

A juíza substituta Diana Wanderlei, da 5ª Vara Federal de Brasília, determinou, na noite dessa segunda, que o governo mantenha “em pleno funcionamento” os radares de velocidade que pararam de operar devido à falta de recursos para manutenção. Cabe recurso.

Pela decisão, o De-

partamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) tem 24 horas para notificar todas as concessionárias de radares de rodovias federais a manter os equipamentos em operação. A magistrada estipulou multa diária de R\$ 50 mil por radar que não estiver em pleno funcionamento.

Prêmio MEC da Educação

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) tiveram 12 estudantes premiados pelo Ministério da Educação (MEC) na categoria Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) do Prêmio MEC da Educação Brasileira. O número corresponde a 22% do total de 54 alunos que receberam medalhas

pelo bom desempenho na redação do exame.

A região Nordeste foi a que teve mais estados com estudantes de Institutos Federais premiados, com cinco.

Já nas regiões Norte, Sudeste e Sul, dois estados foram representados por estudantes de IFs na premiação.

Ajuda para conseguir emprego

Lançado em junho do ano passado, o EmpregAI é uma ferramenta integrada ao aplicativo da Carteira de Trabalho Digital (CTPS Digital) que utiliza inteligência artificial para conectar trabalhadores às oportunidades disponíveis no Sistema Nacional de Emprego (SINE).

Em pouco mais de um

ano, o sistema já contribuiu para a contratação de 10.504 pessoas, por meio das vagas intermediadas pela rede SINE. Desenvolvida pela Dataprev, a funcionalidade analisa os dados dos perfis profissionais cadastrados e os cruza com as vagas em aberto, identificando as correspondências.

Supervisão sobre o desempenho

Atento à necessidade de melhoria da qualidade dos cursos de medicina e da formação de futuros profissionais, o Ministério da Educação (MEC) realiza o Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Enamed) anualmente, a partir de 2025, por meio do Instituto Nacional

de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em parceria com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). As ações foram apresentadas nesta terça-feira (19/8), em encontro com jornalistas, realizado na sede do MEC, em Brasília (DF),

Cade suspende Moratória da Soja

Na terça, organizações socioambientais manifestaram preocupação com o aumento do desmatamento na Amazônia após a decisão da Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) de suspender a Moratória da Soja. O acordo que existe

há 19 anos proíbe a compra de soja cultivada em áreas desmatadas no bioma após 2008. É um instrumento usado inclusive pelo governo como ferramenta para concessão de benefícios fiscais e ofertas de juros mais baixos em políticas públicas, como o Plano Safra.

Mais de 10 mil roubos de carga registrados em 2024

Prejuízos com os casos no país são estimados em R\$ 1,2 bilhão

Vladimir Platonow/Agência Brasil

Problemas com a malha rodoviária e o elevado índice de roubo nas estradas são os maiores desafios enfrentados pelo transporte de cargas no país. Em 2024, dados do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp) indicam que o país registrou, em média, 27 roubos de cargas por dia.

O roubo de cargas no Brasil vem sendo grande fonte de receita para as quadrilhas especializadas. De acordo com o relatório de Análise de Roubo de Cargas, os ataques cresceram 24,8% no primeiro semestre de 2025. Dados da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística indicam que, em 2024, foram contabilizados 10.478 roubos de carga no país, com prejuízos estimados em R\$ 1,2 bilhão.

Investimentos adicionais em segurança e tecnologia, atrasos nas entregas e necessidade de rotas mais longas para evitar áreas de risco comprometem toda a cadeia logística. Essas medidas elevam os custos repassados ao consumidor final e reduzem a competitividade dos produtos brasileiros no mercado.

Desde 2023, com a promulgação da Lei 14.599/23, a contratação dos seguros de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário de Carga (RCTR-C), o de Responsabi-



Dados do Sinesp indicam que o país registrou, em média, 27 roubos de cargas por dia.

lidade Civil do Transportador Rodoviário por Desaparecimento de Carga (RC-DC) e o de Responsabilidade Civil de Veículo (RC-V) é obrigatória, o que tem impactado a procura pelos produtos de seguros.

Nos primeiros cinco meses deste ano, de acordo com dados da Confederação Nacional das Seguradoras (CNSeg), a arrecadação do RC-DC cresceu 8,1%, alcançando R\$ 570 milhões, enquanto as indenizações subiram 12,4%, totalizando R\$ 239 milhões. Já o RCTR-C avançou 1,5%, somando

R\$ 721 milhões em prêmios, com pagamentos de quase R\$ 520 milhões, alta de 5,2%.

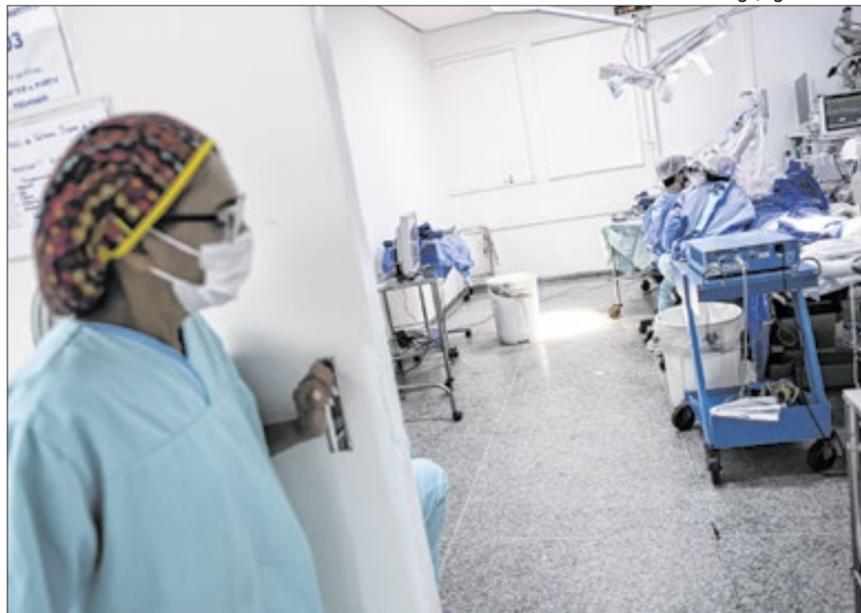
O cenário deve ganhar novo impulso com a Portaria Suroc nº 27/2025, publicada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em 11 de agosto último. A norma prevê a suspensão do Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RN-TRC) para empresas que não comprovarem a contratação dos seguros exigidos.

Para o diretor de Relações Institucionais CNSeg, Esteves

Colnago, a portaria trará maior eficiência e controle para o exercício do transporte de cargas nas estradas brasileiras.

“É de suma importância essa nova normativa da ANTT. Ela traz uma evolução no método de fiscalização, saindo de uma abordagem baseada em documentos físicos para um modelo digital e integrado, o que promete maior eficiência e controle sobre a obrigatoriedade da cobertura de seguros no transporte de cargas, aumentando a segurança para todos os envolvidos na cadeia logística”, afirmou.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Pesquisa mostra que demora aumenta internações e atendimentos

Colo do útero: diagnóstico tardio eleva custos no SUS

Um estudo sobre câncer de colo de útero indica que quanto mais tardio é o diagnóstico da doença, maiores são os custos para o Sistema Único de Saúde (SUS). Além de impactar a sobrevivência dos pacientes, descobrir o câncer em estágios avançados demanda mais internações e procedimentos médicos.

O alerta é de pesquisadores da MSD Brasil, empresa farmacêutica global que produz a vacina nonavalente contra o HPV disponível na rede privada. A imunização contra o HPV é a principal forma de prevenção do câncer de colo de útero e também está disponível gratuitamente no Sistema Único de Saúde, por meio da vacina quadrivalente. Ela protege contra os tipos do vírus mais associados ao câncer e é indicada para adolescentes de 9 a 14 anos.

Foram reunidas informações de 206.861 mulheres com mais de 18 anos, diagnosticadas com a doença entre janeiro de 2014 e dezembro de 2021. O estudo utilizou o Da-

taSUS, base de dados pública vinculada ao SUS.

Nos dados analisados, o percentual das pacientes que precisaram passar por quimioterapia aumenta de acordo com o estágio em que o câncer é identificado, assim como a frequência de internações e visitas ambulatoriais por mês. O estudo reforça o tamanho do problema para o país, onde o diagnóstico em estágio avançado ocorre em 60% dos casos, segundo os pesquisadores.

Outro ponto levantado é o das disparidades sociais e econômicas relacionadas à doença. Até 80% das mortes ocorrem em países de baixa e média renda, como o Brasil.

O Instituto Nacional de Câncer estima que o Brasil registra cerca de 17 mil novos casos por ano. Segundo o estudo da MSD Brasil, a maioria dos diagnósticos deste tipo de câncer abrange mulheres não brancas, com baixa escolaridade, que dependem do sistema público de saúde (SUS).

“Como apenas uma mi-

norria dos casos de câncer de colo de útero tem diagnóstico precoce no Brasil, este estudo destaca o alto ônus econômico para o setor de saúde pública, especialmente considerando os atrasos no diagnóstico. Portanto, reforça a necessidade urgente de direcionar mais esforços para a prevenção e o rastreamento, à medida que avançamos em direção às metas de eliminação do câncer de colo de útero”, diz um dos trechos do estudo, ao avaliar os resultados.

O levantamento destaca o impacto da pandemia de Covid-19 no tratamento do câncer de colo do útero no SUS. A proporção de pacientes que realizaram apenas cirurgia foi de 25,8% em 2020, enquanto esse percentual era de 39,2% entre 2014 e 2019.

Além disso, houve redução de cerca de 25% nos procedimentos de radioterapia, com ou sem cirurgia ou quimioterapia, em todos os estágios. Já a quimioterapia isolada aumentou em 22,6% em média para todos os estágios.

O papel da matemática na economia digital

Iniciativa na Bolsa de Valores (B3) reunirá, em São Paulo, especialistas para debater a democratização do ensino da Matemática no país no contexto de um mundo cada vez mais tecnológico.

O painel “Como a Matemática vai incluir o Brasil na economia digital” está marcado para a manhã desta quarta-feira (20), das 8h30 às 13h, no auditório da B3, na capital paulista.

Organizado pelo Instituto Sidarta, responsável pelo programa Mentalidades Matemáticas, em parceria com B3 Social, Fundação Itaú e Iede (Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional), o evento é voltado para educadores, formuladores de políticas públicas e líderes do setor produtivo.

“Especialistas apontam a inteligência artificial como a maior revolução dos próximos séculos. Se isso é um exagero, só o tempo dirá. Mas uma coisa é certa: ela já está transformando nossas vidas. Retomar o pensamento matemático e compreender os algoritmos é essencial para que possamos ocupar, de forma consciente e protagonista, o lugar que nos cabe no desenho desse novo futuro”, disse, em nota divulgada pela B3, a presidente do Instituto Sidarta, Ya Jen Chang.

Os debates do painel vão reunir convidados como Jo Boaler, professora da Universidade de Stanford e idealizadora da abordagem Mentalidades Matemáticas (MM); Marcelo Viana, diretor-geral do Impa (Instituto de Matemática Pura e Aplicada); e Alessandro Santos, diretor de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica do Ministério da Educação (MEC).

A primeira mesa Qual Matemática estamos falando, terá Jo Boaler e Viana para debater por que é preciso ensinar nas escolas uma matemática atual e conectada com as transformações tecnológicas.